

## QUE PENSAR DA REPÚBLICA?

Odilon Nogueira de MATOS

Em dezembro de 1870, fundou-se no Rio de Janeiro o Partido Republicano, atirando-se às lutas políticas por meio de um manifesto publicado no primeiro número do jornal “A República”, do dia 3 daquele mês e ano. Documento importante de nossa história, embora discutido e criticado em muitos dos seus aspectos, teve, contudo, o mérito de fazer iniciar intensa propaganda do novo regime, que se estendeu por quase vinte anos, ou seja até a proclamação da República, em novembro de 1889.

Qualquer que seja nossa maneira de pensar com relação ao Manifesto de 1870, não podemos deixar de considerá-lo ponto de partida de uma propaganda sistemática dos ideais republicanos. O tempo que decorreu entre a fundação do Partido Republicano e a proclamação do novo regime é de muita importância e significação. Nele atuaram aqueles que costumamos denominar de “republicanos históricos”, ainda hoje — e com razão — os mais lembrados de todos os nomes da República: Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Quintino Bocaiuva, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Campos Sales, Francisco Glicério, Alberto Sales, Silva Jardim, Lopes Trovão, Bernardino de Campos, Américo de Campos, entre outros, todos nomes evocados com frequência em placas de ruas e até em nomes de cidades.

Não houve ano, nesse período, em que os republicanos não se reunissem nos mais diversos lugares do país e de quase todas essas reuniões resultaram documentos significativos (manifestos, proclamações, moções, não importa o nome), que constituem páginas importantes para uma história documental da República.

É importante observar, pela leitura desses documentos, o quanto os republicanos vão, ano após ano, avançando em suas proposições, em seus pontos de vista e em seu próprio programa, com relação ao manifesto inicial de 1870. Há uma certa tendência entre alguns historiadores para mal-julgar o manifesto de 3 de dezembro de 1870, considerando-o vazio, sem definição ideológica e sem abordar problemas essenciais para a vida brasileira, cuidando apenas do aspecto político e não levando em conta nada dos aspectos sociais e econômicos, palpitantes naquela segunda metade do século XIX. Não se pode, entretanto, esquecer a conjuntura do

tempo. Não adianta evocar que, na época, fazia já mais de vinte anos que Marx e Engels haviam escrito o “Manifesto Comunista”, ou que numerosos movimentos sociais estavam brotando em diversos países da Europa Ocidental. É preciso considerar se havia no Brasil clima para que tais movimentos aqui repercutissem e pudessem constituir bandeira para quaisquer agremiações partidárias. É aqui onde entra o que se poderia chamar a “cautela” dos republicanos. Não estavam eles, à época, seguros da receptividade de suas idéias e nem poderiam prescindir do apoio da classe agrária, que, afinal, era quem dispunha do poder. Daí, a preocupação ou cautela em não desagradá-la, não fazendo bandeira de nada que pudesse contrariar seus interesses, como, por exemplo, o caso da propriedade e da escravidão. Principalmente esta, assunto vital para o país, e que, de fato, nem sequer vem mencionado no Manifesto de 1870.

Mas, à medida que a propaganda se desenvolve, à medida que a receptividade às suas idéias vai se tornando mais sensível, também o tom dos republicanos vai se alterando. Convém comparar o documentos de 1870 com os da década seguinte. Eis porque devemos considerar o Manifesto de 1870 como um ponto-de-partida e não como um ponto-de-chegada. Apreciamo-lo pelo que ele contém e não pelo que nós, de hoje, gostaríamos que ele contivesse. Dessa comparação dos vários textos republicanos, um fato importante ressalta logo à nossa observação: todos eles contém muito mais críticas à monarquia do que defesa do sistema republicano.

Na realidade, o que era próprio dos republicanos? qual a originalidade do sistema que pregavam? Já tem sido lembrado por mais de um analista, que, excetuado o repúdio à monarquia, os manifestos republicanos nada vieram acrescentar ao que, antes, era pregado pelos monarquistas liberais. E a simples mudança do regime, substituindo um imperador vitalício por um presidente eleito cada quatro anos, talvez fosse o menos importante para a mudança que a República necessariamente deveria implicar. Tinham razão os grandes mestres da Política do século XVIII quando teorizavam independentemente dos regimes políticos. O que lhes interessava era a limitação do poder do Estado, mediante o governo representativo (na fórmula de Locke) ou o sistema do “contrato social”, da fórmula rousseauiana, que acabou gerando o constitucionalismo que marcou tão acentuadamente os primeiros vinte anos do século passado. Mas, sem que isto implicasse necessariamente em mudança de regime, pois tudo poderia ser obtido quer sob a forma monárquica, quer sob a republicana. A prova está é que os países que atualmente levam ao grau mais perfeito o governo representativo continuam sendo monarquias...

Além do mais, a República não representou nenhuma ruptura com o passado monárquico, tal como, setenta anos antes, a Independência não representara uma ruptura total com o passado colonial. O Império, instituído em 1822 e institucionalizado em 1824, conservou muito do

espírito e dos vícios do sistema colonial, tal como a República, implantada em 1889 e institucionalizada em 1891, conservou praticamente todos os vícios do sistema monárquico que os propagandistas tanto criticavam. Seria até incômodo indagar: quais, das mazelas apontadas pelos republicanos, foram corrigidas pelo novo regime? O sistema eleitoral continuou viciado; o governo representativo continuou uma farsa; os partidos políticos continuaram desacreditados, girando mais em torno de homens que de idéias; os pobres e oprimidos continuaram sendo aviltados; o patrimônio público continuou sendo esbanjado “em negócios equívocos ou empresas temerárias e ruinosas, fomentadas pelo espírito de especulação ilegítima e pela sede imoderada de lucros alcançado à custa do suor do contribuinte” (frase de um dos manifestos); a instrução pública continuou abandonada, salvo algumas poucas exceções; os privilégios, não mais de nobreza, mas de classes e posições, continuaram; os recursos do Estado continuaram sendo dilapidados; o funcionalismo público continuou exagerado e supérfluo; os vínculos morais continuaram relaxados e os costumes públicos continuaram corrompidos; os escrúpulos continuaram ausentes; a irresponsabilidade, cada vez mais generalizada; a ausência de consciência partidária, já tão criticada na monarquia, talvez se tenha acentuado na República, porque esta propiciou o surgimento de muitos outros partidos; o mandonismo local, como reflexo das oligarquias, acentuou-se muito mais no novo regime, pois ele propiciou novas oportunidades eleitorais (não existentes na Monarquia) e foi sempre em função destas oportunidades eleitorais que o “coronelismo” mais se exacerbou. Enfim, se tudo quanto os manifestos da fase da propaganda fosse escrito hoje, cremos que deles não se precisaria tirar uma linha, a não ser, obviamente aquela que pregava a substituição da Monarquia pela República...

Ocorreu, ainda, curioso paradoxo: os republicanos que levaram vinte anos fazendo a propaganda da República, num dos mais belos movimentos de nossa História — através de todos os meios disponíveis: congressos, convenções, jornais, livros, clubes, comícios, manifestos, etc. não chegaram sequer a proclamá-la. A proclamação resultou, como é sabido, de um golpe militar, talvez a única coisa não desejada pelos propagandistas. E nenhum deles — ironia! — aparece no ato da proclamação. Aparecem, isto sim, na organização do novo regime, tão logo o chefe do governo provisório constituiu seu primeiro ministério, e, depois, obviamente, na institucionalização do sistema, com a Assembléia Constituinte da qual resultou a Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Mas, sem desprezar a experiência dos velhos estadistas imperiais. Não nos esqueçamos de que dois eminentes conselheiros da monarquia, Rodrigues Alves e Afonso Pena, ocuparam a presidência da República, e um outro, Antônio Prado, estendeu sua ação e participação na vida pública até a década de 1920, ou seja quase quarenta anos após a instituição do regime. E foi em torno desta veneranda figura monárquica que se reuniram os jovens crentes na

Democracia, desejosos de salvar a República quando ela chegara a uma situação bem pior que a do Império em 1889. E não nos esqueçamos, também, de que apenas dois, dentre os grandes propagandistas da República, Prudente de Moraes e Campos Sales, ascenderam ao governo supremo da nação.

A falta de consciência política levava o povo brasileiro àquele estado de indiferentismo que um dos manifestos (o de 1887) já apontava como o pior dos males do Brasil. E este indiferentismo continua na República. Se, no famoso telegrama de Aristides Lobo, o povo assistiu a tudo bestializado e muitos pensavam até que se tratava de uma parada, por outro lado, ninguém teçou armas para defender o Império. Apenas alguns saudosistas, que nada podiam fazer de concreto, curtiram suas mágoas e decepções pelos jornais ou em livros, mas sem nenhum toque que movimentasse ou sequer emocionasse o povo, como nos casos do Conde de Afonso Celso, do Visconde de Taunay e, mais tarde, de Eduardo Prado. Em Taunay vê-se muito mais fidelidade ao Imperador que propriamente ao Império e os seus escritos avulsos, reunidos posteriormente em livros, não convencem muito. Abra-se uma exceção para os autores de "A Década Republicana", que, realmente, fizeram críticas muito sérias, certamente as mais sérias à República após seu primeiro decênio. Ainda a propósito deste indiferentismo, vale citar o depoimento de Max Leclerc, despachado para o Brasil à cata de novidades por importante jornal de Paris, assim que lá chegou a notícia da proclamação da República. Ficamos a imaginar como tal notícia devera ter ecoado em França, país que D. Pedro II visitara diversas vezes, onde tinha excelentes amigos, com os quais se correspondia freqüentemente e cujos institutos culturais freqüentava quando de suas viagens. Além do mais, tratava-se de um Habsburgo, pertencente, pois, à mais importante dinastia monárquica já existente. Pois era esse homem que vinha de ser deposto! Que tema excelente para uma reportagem! Vale a pena ler o que o jornalista francês escreveu: esperando ver tanta coisa, não viu nada. Tudo calmo, tudo tranqüilo, pelo menos nos primeiros meses. Apenas, em vez de um imperador, um marechal no governo. E tudo continuando a mesma coisa...

A exceção brasileira na América, pois o Brasil fora a única nação de todo o continente americano a adotar a monarquia como forma de governo, constituiu sempre um "captis diminutio", freqüentemente martelado pelos propagandistas, especialmente quando estabeleciam comparação com os Estados Unidos (caso de Quintino Bocaiuva, por exemplo, que atribuía o grande desenvolvimento daquele país ao fato de ser república e não monarquia). Mas, tivesse o grande propagandista olhado para outros países americanos, e talvez seu entusiasmo não fosse tão grande. Todos os países americanos, fora o Brasil, eram repúblicas, mas, tirante duas ou três exceções, era o caso de se dizer: mas que repúblicas! Foi certamente a consciência disto que levou o presidente da Venezuela, o

grande constitucionalista Rojas Paul, a exclamar assim que lhe contaram da proclamação da república no Brasil: “Acabou-se a única República da América: o Império do Brasil”.

Proclamada a República, começaram os desencantos com o novo regime. Silva Jardim queixava-se de que a República não saíra como ela a sonhara. Infelizmente, o ardoroso propagandista morreria pouco depois, tragado pelo Vesúvio, sem que se possa saber, sequer conjecturar, o que ele faria para a salvação da República que ele tanto sonhou. Por sua vez, o conhecido e barulhento Padre João Manuel, que se desencantara com a Monarquia, mostra-se agora desencantado com a República. E ainda Joaquim Murinho, quando Ministro da Viação de Prudente de Moraes, encerrou precioso relatório apresentado do presidente, com esta significativa frase: “Senhor Presidente, é preciso, sem demora, republicanizar a República”. E a República nem havia completado dez anos...

Daí deriva toda uma literatura de natureza salvacionista, que surge, como é natural, nos momentos de crise. Grande parte dessa literatura está sendo objeto de teses universitárias, num excelente processo de revisão e alguns dos seus títulos mais significativos estão fazendo jús a novas edições. Pondo de lado os autores simplesmente panfletários, colocaríamos no topo dessa literatura a obra de Alberto Torres, talvez o maior pensador político da República. Sua obra, constituída de dois livros principais — “O Problema Nacional Brasileiro” e “A Organização Nacional” — aquele servindo de introdução a este, não encontrou a receptividade que merecia. Ficou tão esquecida quanto o próprio autor, falecido em 1917. Com a Revolução de 1930, que se apresentava com caráter acen-tuadamente salvacionista, a obra de Alberto Torres, voltou à tona. Os que pretendiam salvar o Brasil, corrompido por quase quarenta anos de um regime viciado, como freqüentemente se dizia, descobriram que o grande pensador fluminense poderia servir-lhes em muito. Diversos autores passaram a analisar-lhe a obra, entre eles Oliveira Viana e Cândido Mota Filho. Alcides Gentil publicou um livro condensado suas idéias e seus dois livros principais foram logo reeditados pela prestigiosa coleção “Brasiliana”, então no seu início, assim como livro de seu fiel discípulo Saboia Lima; chegou-se a fundar uma “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. Os integralistas, também com vocação salvacionista, apropriaram-se dele, como se fosse um dos seus, citando-o a todo instante e transcrevendo em seus jornais e revistas muitos de seus escritos. Isto levou muita gente menos avisada a ver em Alberto Torres uma espécie de mentor do Integralismo. Não, de modo algum. Quando o Integralismo surgiu, com o manifesto de outubro de 1932, fazia já quinze que Alberto Torres falecera, e pelo que sabemos dele, pelo que conhecemos de sua obra, podemos até afirmar que, vivo fosse, dificilmente teria ele se alinhado nas hostes do Sr. Plínio Salgado.

O que havia era uma certa concordância entre algumas das idéias torreanas e integralistas, mas sem que isto implicasse em qualquer processo de influência ou vinculação entre umas e outras. Foi a mesma coisa que levou os positivistas a se apoderarem da República, simplesmente porque defendiam certas proposições comuns a qualquer propagandista republicano, ainda que nada tivesse de comtista: sistema federativo, separação entre Igreja e Estado, casamento civil, entre outras. Ora, não era preciso ser positivista (e nem mesmo republicano) para defender tais princípios. Assim também, como dissemos, os integralistas apropriaram-se de Alberto Torres. Mas, veio o Estado Novo — época nada propícia a reflexões políticas, pela própria extinção de todos os partidos (inclusive o Integralismo), veio a Segunda Guerra Mundial, que mudou substancialmente a maneira de pensar com relação a muita coisa e, durante pelo menos vinte anos, não se falou mais em Alberto Torres, que voltou ao mesmo esquecimento em que jazera na década de 20. Pois bem: vinte anos mais tarde, o pensador fluminense voltou à tona, descoberto desta vez pelos homens da Esquerda! O fato de um mesmo autor ser igualmente utilizado por correntes de pensamento opostas, parece-nos a maior garantia do valor de sua obra. É porque nela, de fato, há qualquer coisa que transcende dos estreitos limites ideológicos e defende postulados que não podem deixar de interessar a quantos, na Direita ou na Esquerda, ou mesmo sem posições definidas, se disponham a dedicar um minuto de reflexão em torno de problemas brasileiros. É claro que não se poderia tomar hoje a obra torreana sem submetê-la à crítica do tempo. Muitas de suas soluções talvez se nos afigurem atualmente ingênuas, mas pareceram ao autor apropriadas à época em que escreveu seus livros.

O mesmo se poderá dizer dos autores que o editor Alvaro Pinto convidou para o inquérito com escritores da “geração nascida com a República”, publicado em 1924, com o título de **À margem da história da República**: Vicente Licínio Cardoso, Gilberto Amado, Oliveira Viana, Ronald de Carvalho, José Antônio Nogueira, entre outros; ou, pouco depois, os livros da chamada “Coleção Azul”, do editor Schmidt, do Rio de Janeiro, que constituíram a primeira coleção de estudos políticos e sociais publicada no Brasil e entre cujos autores se encontravam Afonso Arinos de Melo Franco (o único sobrevivente), Plínio Salgado, Alcindo Sodrê, Martins de Almeida e Virgínio Santa Rosa. Seria longo enumerar todos os livros publicados na época, analisando e interpretando as chamadas “crises da República”.

Já se disse que o Brasil nunca foi uma terra de pensadores. Monteiro Lobato tem a este respeito uma deliciosa e irreverente crônica, que nos dispensamos de citar, tão conhecida ela é. Mas, justamente por não sermos uma terra de pensadores, é que devemos valorizar os poucos que temos, tirando deles as sábias lições que suas obras encerram: Tavares

Bastos e Joaquim Nabuco, no Império; Alberto Torres e Rui Barbosa, no início da República; e mais tarde, Vicente Licínio Cardoso, Oliveira Viana, Candido Mota Filho, Alceu Amoroso Lima, João Camilo de Oliveira Torres, todos já falecidos, e ainda mais alguns felizmente vivos, que nos dispensamos de citar para não cair no pecado da omissão. Todavia, quer os do passado, quer os do presente, todos têm obras que o estudioso de nossa história jamais poderá dispensar se quiser ter da evolução brasileira uma idéia que não seja simplesmente fatural, mas embasada no mais legítimo pensamento filosófico, social, político, pensamento de que a crítica histórica não prescinde, ao contrário, procura valorizar cada vez mais.

Obviamente, a República trouxe numerosas modificações com relação ao sistema monárquico. No próprio dia da proclamação, o Marechal Deodoro, como “chefe do governo provisório”, baixou o decreto nº 1, estabelecendo algumas normas que acabaram sendo posteriormente incorporadas à Constituição de 1891. Por exemplo, a forma federativa de governo, a transformação das províncias em “estados”, com o nome de “Estados Unidos do Brasil”, denominação que vigorou até há bem pouco, pois só em virtude da Constituição de 1967 foi que o país teve seu nome alterado para “República Federativa do Brasil”; a determinação de cada Estado ter sua constituição; a transferência da capital para o interior do país. E a Constituição de 24 de fevereiro, a primeira da República e que vigorou durante toda a chamada “Primeira República”, ou seja até 1930, consignou inúmeras outras modificações: a ampliação do colégio eleitoral e, conseqüentemente ampliação das possibilidades eleitorais; separação da Igreja e do Estado, o registro civil, serviço militar obrigatório, pluralidade de partidos, sufrágio universal, elegibilidade dos governos estaduais; ampliação dos órgãos de representação com os Senados estaduais, etc.

Vale observar, contudo, que nenhuma dessas “novidades” introduzidas pela República logo no seu início, é de origem explicitamente republicana. Todas elas já haviam sido pensadas em diferentes ocasiões durante o Império. Alguns exemplos: a idéia federativa vinha da Confederação do Equador (pouco depois da Independência), da República Farrapilha, das obras de Tavares Bastos; a separação Igreja/Estado fora arduamente defendida por ocasião da chamada “questão religiosa”, quase trinta anos antes da República; a idéia da transferência da capital para o interior do país, surge com José Bonifácio, por ocasião da Independência — e até o nome “Brasília” foi por ele sugerido; o sufrágio universal, a pluralidade partidária, a elegibilidade dos governos provinciais, a ampliação do colégio eleitoral, entre outros, encontram-se nos programas de numerosos estadistas não só do Partido Liberal, mas do próprio Partido Conservador. Talvez a única “novidade” trazida pela República tenha sido o Senado Estadual. Mas, sabemos que esta medida teve pouca receptividade, pois apenas dez dos vinte e um Estados julgaram necessária a criação

dos senados estaduais; os outros passaram muito bem sem ele. Tanto que a medida não foi revigorada pelas diversas constituições votadas depois de 1930. Seria o caso de dizer-se que a única grande novidade trazida pelo novo regime (e que, obviamente, não poderia haver no Império) foi a eleição do presidente da República...

Cuidou o governo republicano, logo nos seus primeiros dias, da alteração dos símbolos nacionais, pois os que eram usados no regime monárquico naturalmente não se adaptariam aos princípios republicanos. A começar pela bandeira, que trazia estampada ao centro, o brasão imperial. Numerosos projetos foram apresentados para a nova bandeira. O primeiro, parece ter sido o do escritor Julio Ribeiro, que, não tendo sido aceito, veio a se tornar, com pequenas modificações, a bandeira do nosso Estado de São Paulo. Julgou-se mais acertado conservar a bandeira do Império, apenas substituindo a coroa imperial pela esfera celeste cortada por uma faixa com a legenda "Ordem e Progresso". Idéia infeliz, diga-se de passagem, não só por representar verdadeiro atentado às regras da heráldica, como por ser legenda representativa da doutrina positivista, o que mostra sua influência na época.

O mesmo aconteceu com o hino nacional. Já escrevemos muito sobre ele, razão pela qual nos dispensamos de voltar ao assunto. Diremos apenas que ele foi composto em 1831 para celebrar a abdicação de D. Pedro I. Durante o longo período imperial, teve duas letras, ambas muito infelizes. Nenhuma delas, obviamente, serviria para a República. É sabido que a primeira pessoa convidada a escrever o novo hino nacional foi o nosso Carlos Gomes, que recusou de pronto. O autor de "O Guarani" fora sempre muito grato e reconhecido ao Imperador e lhe pareceu uma traição atender ao convite do governo que vinha de depor e banir do país seu amigo e protetor. Diante da recusa de Carlos Gomes, foi aberto concurso para o hino que deveria utilizar letra composta por Medeiros e Albuquerque. Não faltaram candidatas. No primeiro julgamento, a 4 de janeiro de 1890, trinta músicos apresentaram suas composições. O júri selecionou quatro para a prova final, marcada para daí a duas semanas. As quatro composições selecionadas tinham por autores Francisco Braga, J. de Queiroz, Alberto Nepomuceno e Leopoldo Miguez, que foi o premiado. Mas, realizada a exibição dos quatro hinos premiados, as preferências do chefe do governo provisório foram pelo velho hino de Francisco Manuel. Nessa ocasião, teria ele dito a frase que ficou famosa: "Prefiro o velho", depois de ouvir os hinos classificados. Verdade ou não, o fato é que, no mesmo dia da prova final, a 20 de janeiro de 1890, o decreto nº 171 estipulava claramente em seu primeiro artigo: "É conservada como hino nacional a composição musical do Maestro Francisco Manuel da Silva". E o artigo segundo complementava: "É adotada como Hino da Proclamação da República a composição do Maestro Leopoldo Miguez baseada na poesia do cidadão José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque".

A idéia, ao que parece, era que os dois hinos fossem sempre executados um após o outro nas cerimônicas cívicas. Mas, o hino de Leopoldo Miguez/Medeiros e Albuquerque nunca logrou popularidade; continua praticamente desconhecido, muito raramente sendo executado, apesar de ser a composição mais feliz dentre todos os nossos hinos cívicos. A verdade é que a letra de Medeiros e Albuquerque é bastante infeliz (o que parece ser uma triste sina dos nossos hinos cívicos) em nada abonando a veia poética do escritor pernambucano. É pretensiosa e vazia, empregando expressões que, já na época, eram pouco usadas e algumas até inacessíveis ao povo.

Quanto ao hino de Francisco Manuel, já que a letra do Império não lhe servia mais, ficou destituído de letra por mais de trinta anos, pois só em 1922, por ocasião do centenário da Independência recebeu a letra de Osório Duque Estrada (também infelicíssima...) com que atualmente ele é cantado.

\*

Uma vista d'olhos sobre o regime cujo centenário estamos comemorando, nos mostraria uma linha bastante sinuosa, com altos e baixos, avanços e recuos, marchas e contramarchas, tempos e contratempos, ações e reações, tudo a traduzir a dinâmica própria dos grandes períodos da História. Nada a estranhar, pois. Constatemos, isto sim, que a República, bem ou mal, soube vencer suas crises, nem sempre da maneira mais adequada aos interesses do país. Desde as que se seguiram à proclamação do regime até aquelas que, cem anos depois, ainda nos trazem apreensivos, a nos deixar em dúvida sobre o significado de um século de República. É penoso constatar que um século não bastou para que o regime republicano promovesse a educação política do povo brasileiro, tão reclamada pelos propagandistas de outrora. O elenco das ocorrências do período é longo demais para ser sumariado numa simples palestra como esta. Vale, contudo, lembrar as mais significativas: revolta da Armada, Revolução Federalista, Canudos, Revolta da Vacina, Crise do café, e da borracha, Revolta da Chibata, Campanha civilista, Contestado, a Primeira Grande Guerra, as revoluções da década de 20, Coluna Prestes, Aliança Liberal, Revolução de 1930, Tementismo, intencionas da direita e da esquerda, Estado Novo, o Brasil na guerra, a reconstitucionalização, movimentos operários e sindicais, compromissos internacionais quase sempre mal sucedidos, as sete constituições do período republicano, contrastando com uma só, durante todo o longo período monárquico... Tudo isto se nos afigura, na nossa velha vocação ferroviária, o longo percurso de um trem, com numerosas estações nas quais ele precisa parar, de acordo com suas necessidades; numas mais, noutras menos; em algumas, o trem parando só para embarque e desembarque de passageiros; noutras, para baldeação; noutras, para

reabastecimento; em algumas, à moda de legítimo “carrefour”, para mudança de linha; em outras, simplesmente diminuindo a marcha, sem parar, apenas para a troca de “staff”... E cada vez que pensamos em “carrefour”, ocorre-nos a eterna dúvida: teria o trem entrado pela linha certa? Daqui a menos de um mês, teremos outra parada, na qual nova mudança de linha se imporá. Esperamos em Deus que o trem da República saiba desta vez entrar pela linha certa...

\*

Gostaríamos de encerrar estas considerações sobre a República, lembrando a participação de Campinas na fase da propaganda, de 1870 e 1889. Muitos dentre os grandes propagandistas viveram em nossa cidade, aqui exercendo diversas atividades no jornalismo, no magistério, na advocacia. Alguns deles, e dos maiores, eram campineiros de nascimento, como Francisco Glicério, os irmãos Sales (Campos Sales e Alberto Sales), Francisco Quirino dos Santos, o nosso “Doutor Quirino”, jornalista e poeta, convencional de Itu em 1873 e figura de muita projeção na época, como o demonstra o fato de seu nome ter sido lembrado para patrono de uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras, quando de sua fundação em 1909. Campinas foi das primeiras cidades do país a ter clubes republicanos e até uma imprensa republicana. Isto fez valer para nossa cidade, o cognome de “Meca da República”, expressão criada não por algum campineiro bairrista, mas por Quintino Bocaiuva, jornalista ilustre do Rio de Janeiro, quando em conferência aqui proferida em 1886, assim se expressou: “Assim como os maometanos tinham o costume de fazer uma peregrinação a Meca para pedir inspiração a seu profeta, assim também deviam os republicanos vir a Campinas, não para pedir inspiração aos seus correligionários, mas para ver como germina e como desenvolve-se aqui, graças a um trabalho incessante, a doutrina que ainda há de ser a salvação de nossa pátria”.

Leopoldo Amaral, numa de suas crônicas publicadas em “O Estado de São Paulo” e reunidas posteriormente no livro “Campinas recordações” (1927), refere-se não apenas ao Clube Republicano, fundado em 1872 (um dos primeiros do Brasil, conforme assinalamos), mas também ao que ele denomina “Ninho da República”, e que não era senão a “Casa do Eloy”, estabelecimento comercial pertencente a Eloy de Cerqueira Leite, irmão de Francisco Glicério. Este estabelecimento, localizado à praça atualmente denominada Bento Quirino, era um ponto de reunião de republicanos e a ele compareciam nomes que os campineiros conhecem das nossas vias públicas. Não diremos das placas, porque Campinas, infelizmente, é uma cidade carente de placas indicativas dos nomes das ruas, mas dos próprios nomes. Vejamos: Moraes Sales, Delfino Cintra, Antonio Pompeu,

Doutor Quirino, Jorge Tibiriça, Bento Quirino, Francisco Glicério, Coronel Silva Teles, Antônio Álvaro, Tomás Alves, José Paulino, Sampaio Ferraz, Alberto Sales, Julio Mesquita. Eis exemplos magníficos de nossa nomenclatura urbana, que oferece, ainda, outros nomes de fora de Campinas, mas ligados à República: Saldanha Marinho, Benjamin Constant, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Américo Brasiliense, Silva Jardim, Quintino Bocaiuva, Bernardino de Campos, Américo de Campos, Lopes Trovão, e provavelmente outros. E a data da proclamação — 15 de novembro — figura no velho Largo de Santa Cruz, da mesma forma que o dia da primeira constituição republicana — 24 de fevereiro —, que já figurou em importante rua central, figura atualmente numa modesta via pública da periferia.

As reuniões republicanas — e as de Campinas não fugiam à regra — realizavam-se sempre entre jantares e outras festividades, iniciando-se e encerrando-se ao som da “Marselhesa”, o hino nacional francês. O curioso é que não se tocava o hino nacional brasileiro. Não que fosse proibido, mas ele era muito respeitado. Basta dizer que, no Império, o hino nacional só era tocado duas vezes por ano, nos dias 25 de março e 3 de maio, ao contrário de hoje em que ele é tocado até para se dar chute numa bola de futebol. Este francesismo (o uso da “Marselhesa”) encontramos-lo também no ato do governo provisório que incluiu o dia 14 de julho (data da Revolução Francesa) entre os feriados nacionais, que ele o foi durante toda a Primeira República, ou seja até 1930, em pé de igualdade com o 7 de setembro, o 15 de novembro e o 21 de abril e o 13 de maio. Há, aqui, certamente, uma influência positivista, a mesma que levou a inscrever o “Ordem e Progresso” na bandeira, ato ao qual já nos referimos.

Nos jantares ou banquetes, os pratos, como de hábito, eram todos designados por nomes franceses, costume que ficou até hoje, nos restaurantes mais sofisticados. Temos um belo exemplo de uma dessas festas republicanas, registrado pela “Gazeta de Campinas” do dia 8 de janeiro de 1882. O banquete realizara-se no dia 5. Como de praxe, os pratos do cardápio (ou “menu”, para ficar bem à francesa), não só tiveram nomes franceses, como foram dedicados a participantes da festa. Assim, “cornichons” a Cesário Mota; “Anchois” a eleitores de Campinas; “poisson” a Carlos Ferreira; “mayonnaise” a Glicério; “jambon d’York” a Campos Sales; “petit-pois” a Bento Quirino; “artichaux” a Américo Brasiliense”, e por aí afora. Durante o banquete, sucediam-se os brindes. Brindava-se a todo mundo, pessoas, jornais, eleitores, lavoura, comércio, indústria, países (notadamente a França, a única nação da Europa que era república) aos países americanos (todos repúblicas) e a Portugal, pois neste país havia também, na época, uma forte propaganda republicana. Só que lá, a República demorou bem mais para ser proclamada, o que só ocorreu em 1910.

Um dos presentes a essa festa de 1882, Martinho Prado Júnior, considerou Campinas “o centro principal do republicanismo brasileiro”. O

que nos faz evocar Afranio Peixoto, quando, no belo discurso com que recebeu a Alcântara Machado na Academia Brasileira de Letras, em 1933, fez esta significativa indagação: “A República, com a propaganda dos Prudentes, dos Campos Sales, dos Glicérios, de tantos mais, não desponta em Campinas, antes de nascer para o resto do Brasil?” Eis porque não podemos esquecer a participação de nossa cidade no movimento cujo centenário estamos comemorando.